



Septiembre 2019 - ISSN: 1988-7833

GEOGRAFIA AGRÁRIA E MIGRAÇÃO RURAL URBANO – UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL ESPINHARA II NO MUNICÍPIO DE BUJARI – ACRE, BRASIL

Rogério Nogueira de Mesquita¹

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR

rogerio_vitorioso@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Rogério Nogueira de Mesquita (2019): “Geografia agrária e migração rural urbano – um estudo de caso do projeto de assentamento rural espinhara ii no município de Bujari – Acre, Brasil”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (septiembre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccscs/2019/09/geografia-agraria-migracao.html>

Summary

In the course of this article, we seek to highlight the reality lived and experienced by dozens of rural young people from the Acre Amazon region, which are part of the Espinhara II Rural Settlement Project. In order to reach this goal, we seek in the course of this study to anchor ourselves in the technique of bibliographical research and the accomplishment of field activities. Thus, the relevance of this study lies in giving visibility to the category of rural youth, which for a long time was forgotten and today pressures the leaderships, with the aim of promoting the construction of a work scenario that effectively integrates them with the current demands. For a long time the rural youth and their families have been affected in a dramatic way with the absence of perspectives so that they can live of the agriculture and thus, to remain in the field. Faced with this, social pressures interfere in the life of the young farmer, who does not have incentives to remain on his property, such absences range from the offer of courses for professional qualification to the absence of roads for the production run, in addition to access to rural credit. Consequently, the alternative, almost always found by these is the abandonment of their activities that previously developed in the field and thus, move to the cities contributing to the urban chaos. In this context, the tendency is for future generations to grow with the idea of no longer staying in rural areas, sharing this cycle that was passed on from generation to generation.

Keywords: Rural Youth. Agrarian Space. Migration. Geography.

Resumen

En el transcurso de este artículo se busca evidenciar la realidad vivida y vivenciada por decenas de jóvenes rurales de la Amazonia acreana que integran, especialmente, el Proyecto de Asentamiento Rural Espinal II. Para alcanzar a tal propósito buscamos en el transcurso de ese estudio anclar en la técnica de investigación bibliográfica y realización de actividades de campo. De este modo, la relevancia de este estudio reside en dar visibilidad a la categoría juventud rural que, por mucho tiempo,

¹ Mestre em Geografia (Geografia Humana), pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2019). Pós-graduado em Ensino de Geografia pela Universidade Candido Mendes - UCAM (2019) e em Educação Especial e Inclusiva, pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL (2017). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Federal do Acre - UFAC (2015). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPGÊNERO.

ha sido olvidada y hoy presiona a los líderes, con el objetivo de impulsar la construcción de un escenario de trabajo que los integre efectivamente a las actuales demandas. Por mucho tiempo la juventud rural y sus familiares han sido afectados de manera dramática con la ausencia de perspectivas para que puedan vivir de la agricultura y así permanecer en el campo. Frente a ello, las presiones sociales interfieren en la vida del joven agricultor, que no dispone de incentivos para permanecer en sus propiedades, tales ausencias van desde la oferta de cursos para la calificación profesional a la ausencia de carreteras para el flujo de la producción, acceso a créditos rurales. En consecuencia, la alternativa, casi siempre, encontrada por estos es el abandono de sus actividades que antes desarrollaban en el campo y así, se desplazan a las ciudades contribuyendo al caos urbano. En este contexto, la tendencia es que las generaciones futuras crezcan con la idea de no más permanecer en el área rural, compartiendo ese ciclo que, antes, era pasado de generación a generación.

Palabras claves: Juventud Rural. Espacio Agrario. La migración. Geografía.

1. Introdução

Nas últimas décadas, o meio rural vem sofrendo profundas mudanças. Desse modo, observa-se uma nova reconfiguração dos espaços rurais através da migração rural-urbano, ocasionando um estreitamento das atividades realizadas pela agricultura familiar.

Nesse sentido, o presente trabalho foi construído utilizando-se da técnica de pesquisa bibliográfica, onde foram chamados (as) para o debate autores (as) como: Dourado Silva (2017), Loureiro e Pinto (2005), MATTEI (2015), Jhon Durston (1998), ABRAMOVAY, (1998), SANTOS (2009) entre outros (as), além da realização de atividade de campo com a consumação de entrevistas com alguns jovens e pais no Projeto de Assentamento Rural Espinhara II, município de Bujari, Acre. O critério utilizado para a realização das entrevistas com os (as) moradores (as) donos (as) de lotes se deu por tempo de moradia na localidade. Assim, esse texto se propõe discutir a questão da juventude rural e sua migração para a cidade, buscando compreender a contribuição do Estado nesse processo. Desse modo, para subsidiar os debates elege-se como categorias os eixos: juventude rural, migração rural-urbano e agricultura familiar.

Para tanto, faz-se necessário lembrar que o motivo que me levou a realizar esse estudo é consequência, em parte, de minha vivência na trajetória de treze anos como jovem rural e filho de agricultores. Através dessa experiência e observação da situação vivenciada pelos jovens rurais, após o meu ingresso na universidade, ampliei o interesse em estudar e escrever sobre tal temática, articulando outras ferramentas teórico-práticas.

Assim, para além do particular, busca-se-à compreender a realidade vivenciada por dezenas de jovens rurais da/na Amazônia acreana que integram, especialmente, o Projeto de Assentamento Rural Espinhara. Destarte, a relevância desse estudo reside em dar visibilidade a essa categoria social que, por muito tempo, foi esquecida e, hoje, pressiona as lideranças, com o objetivo de impulsionar a construção de um cenário de trabalho que integre efetivamente os jovens rurais às atuais demandas.

A juventude rural e seus familiares são afetados de maneira dramática com a ausência de perspectivas para que possam viver da agricultura. Frente a isso, as pressões sociais interferem na vida do jovem agricultor, que não dispõe de incentivo para permanecer em suas propriedades, que vai desde a oferta de cursos para a qualificação à ausência de estradas para o escoamento da produção,

além do não acesso ao crédito rural. Conseqüentemente, a alternativa, quase sempre, encontrada por estes é o abandono de suas atividades que, antes, desenvolviam no campo.

Em meio a essa omissão do Estado, a tendência é que as gerações futuras cresçam com a ideia de não mais permanecer na área rural, partilhando desse ciclo que, antes, era passado de geração para geração. Poucos são os agricultores que conseguem alargar a sua produção por conta própria, sem auxílios, sejam eles de crédito ou de esclarecimentos que venham ajudá-lo a produzir. Na maioria das vezes, os sujeitos em questão não dispõem de condições de acesso aos seus lotes de terra, sejam através de rodovias, ramais ou vias fluviais, para escoar sua produção.

Dessa forma, com a saída do jovem rural para as cidades, uma das consequência é a diminuição do fluxo de atividades no campo, uma vez que a tendência é a aposentadoria dos agricultores mais antigos. Esse aspecto interrompe a lógica da atividade rural, que, antes, era o repasse da função de geração para geração, além de diminuir a oferta de alimentos originados da produção familiar.

Com a ausência de políticas públicas voltadas para que os jovens rurais possam continuar vivendo da agricultura, estes se vêem obrigados a migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida. Essa migração é o pivô para a futura saída de seus pais do campo, pois, sem o auxílio dos jovens na lavoura, sozinhos, não conseguem produzir como antes, assim, deslocam-se para as cidades, contribuindo para a intensificação do caos nos centros urbanos, passando a comprar produtos que antes eles eram responsáveis pela produção e venda.

Estabelece-se, assim, o contexto de migração rural-urbano, trazendo uma transformação dos projetos individuais e coletivos do jovem.

2. “Desenvolvimento”: para quê e para quem?

Nesse embarque ao mundo da reflexão sobre os desafios imputados aos jovens agricultores na Amazônia acreana, cabe lembrar que, por muito tempo na região, esse jovem agricultor, com sua família, na condição de posseiro, dispôs de terras privilegiadas com cobertura vegetal primária e todos os seus recursos naturais disponíveis, para praticar caça, pesca, coleta de sementes, frutos e ainda realizar a agricultura de subsistência.

Com o passar dos anos, mais precisamente após 1964, o governo brasileiro opta pelo denominado “desenvolvimento” da Amazônia, ou de regiões periféricas, onde estimulou, através de incentivos fiscais, empresas estrangeiras a se estabelecerem na região. A partir de então, essas empresas passam a se apoderar, dia após dia, das terras até então “despovoadas”, praticando atividades que precisariam de grandes extensões de terra, bem como a extração de madeira, mineração e pecuária.

Na Amazônia acreana, não foi diferente, Dourado Silva (2017, p. 81) enfatiza que:

O Acre estava na mira dos empresários do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, por ser um local de terras baratas, férteis e abundantes. O chamamento dos governos federal e estadual para ocuparem as terras do Acre tiveram impactos positivos aos novos investidores. Os investidores dos empresários eram conhecidos por paulistas pelos acreanos, sendo estes os que vinham com a intenção de comprar grandes hectares de terra, utilizando, se necessário, a força bruta, diferente dos sulistas que vinham com a intenção de obter terra e viver no Acre a partir da produção na terra.

Como é possível observar, essa parte da Amazônia, aqui discutida, não diferente do que ocorreu no restante desta, tratou apenas de mais uma porção do espaço a ser estrategicamente ocupado para atender aos interesses do capital, que tinha como objetivo se apropriar de grandes extensões de terra para explorar os seus recursos a um preço extremamente baixo. Além disso, constitui uma forma de atender aos caprichos do governo brasileiro, que insistia em incentivar a ocupação da região e torná-la produtiva de alguma forma dentro de sua ótica, mesmo que isso custasse o sossego dos habitantes da região.

Loureiro e Pinto (2005. p.78) ressaltam que:

Além disso, o Governo Federal oferecia garantia de infraestruturas para os novos projetos (estradas, portos, aeroportos e outros). Às margens das estradas, a devastação florestal foi rápida e a disputa de terras privilegiadas às margens delas gerou, desde o fim dos anos 1960, conflitos de toda ordem, que só foram aumentando nas décadas seguintes, à medida que o modelo de desenvolvimento se estruturava.

Sem grande diferença do que ocorreu na história do Brasil, o governo sempre priorizou os grandes empresários, vistos como os responsáveis pelo “desenvolvimento” da Amazônia. De um lado, as vias de circulação, como de praxe, eram sempre construídas para facilitar o acesso às suas propriedades e, de outro lado, os jovens agricultores automaticamente foram excluídos dos investimentos feitos pelo poder público.

Nos dias atuais, tudo o que é produzido de melhor, nas grandes propriedades, tem como objetivo a exportação. Por outro lado, grande parte do que é consumido em território nacional tem origem de cultivo na propriedade do agricultor familiar, que pouco possui condições de escoar a sua produção para os pontos estratégicos de venda. Desse modo, “dados do Censo Agropecuário de 2006 ressaltam esse aspecto, ao detectar que a maioria da produção alimentar destinada à população (e não às exportações) provém do setor produtivo familiar” (MATTEI, 2015. p.13).

Outrossim, a agricultura familiar não tem a pretensão de competir com a lavoura patronal, no entanto, os estudos demonstram uma confirmação de que este setor deveria receber uma atenção especial, pois, afinal de contas, se refere à produção para o consumo interno do país. Não são de se admirar tais fatos que se apresentam de maneira bastante comum em território brasileiro. Trata-se de uma forma de violência contra os pequenos produtores rurais; tudo isso fruto de uma perversa herança colonial.

As relações de dominação ocorrem quando as relações de poder são sistematicamente injustas, efetivadas em decorrência da posse de capital seja material (econômico) ou simbólico por uma pessoa, grupos ou instituições, emperrando a comunicação dialógica, a cidadania e a singularização do sujeito, constituindo-se assim, a própria violência uma forma de relação de dominação. (CADEMARTORI; ROSO, p.02, 2012).

Ao parar e refletir sobre todo esse conjunto de situações criadas pelo próprio governo, objetivando à expansão econômica da Amazônia, observa-se que a brutalidade física praticada contra as populações da região tem sofrido uma nova configuração.

O que mudou, neste cenário até aqui, pode-se dizer e analisar que foram somente as formas como a violência está sendo impetrada contra a classe que sempre foi massacrada (os camponeses). Para Mattei (2015, p. 2), o sistema produtivo dominante continua amparado numa lógica muito semelhante (grandes propriedades de terra, cultivo monocultor em larga escala), porém, encontrando, no trabalho livre, seu substrato de acumulação e de valorização.

Assim, não se trata mais de uma violência física onde estes são amarrados ao tronco e chicoteados, trata-se de uma violência psicológica e moral que essas populações sofrem dia a pós dia. Tal postura sinuosa, pactuada pelos governantes, tem como reflexo diferentes problemas sociais no campo, desde os conflitos agrários, presentes ainda nos dias atuais na Amazônia até o abandono dos pequenos agricultores.

As famílias esquecidas encontram como alternativa enviar os filhos para a cidade em busca de melhores condições de vida, uma vez que não querem para os filhos a vida que estes vem trazendo. De tal modo, pode-se afirmar que a migração desse jovens camponese implica a redefinição dos espaços tanto do rural, quanto das cidades. Com isso, são produzidos prejuízos para ambos e de modo mais significativo para o campo, visto que este está perdendo mão-de-obra.

Sem poder aumentar a sua renda, e mediante a ausência de políticas públicas favoráveis por parte do Estado, para que assim, possa tornar a sua pequena propriedade fecunda, a alternativa encontrada por agricultores familiares para garantir o conforto dos filhos está sendo incentivar a migração dos jovens. Eles poderiam futuramente ajudar a ampliar a produção de alimentos, tanto para as feiras, quanto para o consumo da própria família. Todas essas dificuldades consolida-se como um grande desafio para esse agricultor que tem como fonte de renda e alimento os produtos originários do cultivo da terra.

3. Quem são e quantos são os jovens rurais?

No universo da agricultura familiar e dos processos que movem a economia que se modela e se remodela, configurando-se como palco de diversidade, a juventude rural chama a atenção como camada social que necessita de atenção diferenciada.

Ao se analisar os escritos envolvendo os jovens rurais, observa-se que eles são recentes, somente a partir da década de 80, tal grupo passa da “invisibilidade” para uma categoria social a ser discutida. Para que se possa dar prosseguimento a esse processo reflexivo, faz-se necessário compreender o que é juventude.

Jhon Durston (1998) define a juventude rural como “uma etapa da vida que começa com a puberdade e termina com o momento de assumir as responsabilidades e autoridades de adulto, isto é, as que correspondem aos chefes masculinos e femininos de uma unidade familiar economicamente independente”.

Já apara Puntel (2011), o jovem rural é o dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai. É importante lembrar que tal conceito possui uma série de definições. A idade é a que mais se repercute no decorrer das discussões.

Para a OMS e a UNESCO, a idade entre 15 e 24 anos tende a definir o conceito de juventude, a partir dos limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, e limite máximo o fim da escolaridade

básica, Santos (2009. p. 49). Desse modo, Abramovay (1998, p. 37) admite que existe grande variação na definição sobre quem pode ser considerado jovem: no Quênia, por exemplo, são considerados jovens crianças a partir de 8 anos; enquanto na Colômbia fica entre 16 e 28 anos. Em território brasileiro, o critério idade segue os padrões do IBGE, que considera jovem os indivíduos que possuem entre 15 e 24 anos. Apesar disso, o IPEA, nas observações e análises do PNAD 2007, considera o intervalo de 15 a 29 anos. (SANTOS, 2009).

Conforme os dados disponibilizados pelo IBGE, referentes ao censo de 2000, há 34.081.330 jovens entre 14 a 24 anos de idade no Brasil, mas apenas 18% deles residem no meio rural (WEISHEIMER, 2005 p.7).

Diante desse contexto, a população de jovens agricultores representa uma pequena parcela da sociedade brasileira, mas nem por isso deve ser negligenciada no momento de se propor e discutir as políticas públicas voltadas para esse segmento social.

4. Por que os jovens não querem mais permanecer no espaço rural?

Em tempos históricos, era muito comum os filhos sucederem os pais nas atividades voltadas à agricultura. "O que se pode observar, entretanto, é que a atividade de agricultor era fortemente valorizada na educação dos filhos." (ABRAMOVAY, 1998. p. 33).

Nos dias atuais, mediante as necessidades que o capitalismo impõe a todas as pessoas, os jovens rurais, em especial, que antes praticavam o cultivo da terra juntamente com seus pais, esposa e filhos, sentem a necessidade de uma política pública que permita o acesso a terras.

O que antes era arrecadado através da mão-de-obra coletiva de solteiros, casados e pais, hoje, a mesma quantia não satisfaz a necessidade de todo o grupo, o que exige que este jovem possua a sua própria terra para cultivar e produzir seu sustento.

O histórico de ausência de políticas públicas no Brasil, da dificuldade e insuficiência aos serviços de saúde e educação de boa qualidade, bem como o acesso ao lazer tem reduzido a vontade dos jovens permanecerem vivendo na zona rural. A falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e meios diversificados para a composição da renda aumenta ainda mais essa tendência dos jovens em deixarem o campo, que muitas vezes são incentivados até pelos próprios pais por acreditarem que na cidade terão todas as oportunidades para a concretização dos seus sonhos. (SILVA et. al. 2006)

A falta de perspectivas de trabalhos remunerados, como forma complementar da renda e a ansiedade pela independência financeira são algumas das principais causas de migração desses jovens para a cidade. Com o passar dos anos, a tendência é que nenhuma sociedade permaneça parada no tempo sem que sofra alterações, assim, no decorrer desse estudo, observa-se um fator conflitante com a realidade antes vivenciada por esses jovens.

O fato é que, no campo, é muito comum os pais não possuírem o hábito de dar dinheiro aos filhos. Estes, por sua vez associados ao universo tecnológico da cidade, querem andar bem vestidos, bem calçados, com um celular moderno, ou seja, com coisas muito além do alimento de cada dia no qual seus pais cresceram acostumados.

Diante desses fatos, os jovens veem a cidade como um berço de oportunidades, e ao passar a usufruir dessa nova realidade, pouco são os que querem retornar para o lugar de onde saíram. A cidade também é vista por esses jovens como um lugar de grandes oportunidades para além da moda e do celular, local esse que pode lhes permitir uma qualificação profissional e oportunidades de emprego e renda.

Já no campo, estes possuem grandes dificuldades no acesso aos conhecimentos técnicos que possam auxiliá-los no decorrer de suas práticas agrícolas, ausência de crédito rural que possa ajudar na obtenção de uma renda. Além do mais, o que lhe é ensinado na escola são quase sempre conteúdos voltados ao meio urbano. Com o passar dos anos, a cultura da prática agrícola vai sendo abruptamente interrompida, pois são diversas as pressões exercidas sobre esse jovem que se sente coagido, sem perspectiva alguma de um futuro promissor.

5. Tecendo reflexões a partir de um exemplo prático: P.A. Espinhara II

O local escolhido para exemplificação prática trata-se do Projeto de Assentamento Espinha II, localizado no município de Bujari no Estado do Acre, distante há 52 km da capital Rio Branco. Limita-se ao norte, com o estado do Amazonas; ao sul, com o município de Rio Branco; a leste, com o município de Porto Acre e a oeste, com o município de Sena Madureira.

O município no qual o PA encontra-se inserido situa-se as margens da BR 364. Sua origem está relacionada ao comércio e ao extrativismo vegetal. O lugar era uma colocação de seringa pertencente ao seringal Empresa, atual cidade de Rio Branco. O trecho urbano ocorreu paralelamente à construção do trecho da BR 364, entre Rio Branco e Sena Madureira. A localidade foi elevada a distrito de Rio Branco em 1979, estabelecendo-se aos poucos nas margens da rodovia.

A ascensão a categoria município ocorreu em 1992, e oficializado em 1º de janeiro de 1993, com a posse dos Poderes Executivo e Legislativo do município. Possui atualmente a décima nona população do Estado e ocupa o décimo sexto lugar em tamanho de área. A economia local baseia-se no comércio, na pecuária e na agricultura de subsistência, com destaque para a piscicultura e a produção de hortaliças.

Espinhara II, lembra que, no final de cada mês, tinha que caminhar 37 km, juntamente com seus dois filhos pequenos e suas netas, até a zona urbana de Bujari para fazer as compras:

“Eu, meus dois filhos pequenos e minhas duas netas, andamos muito por dento dessa mata, tendo que sair de casa de madrugada, quando era o dia de ir pra cidade, porque era o período em que o sol ainda não tava de fora e era melhor pra andar com as criança. Quando era o dia de voltar pra colonha era a merma coisa, só que com mais peso, eu carregava era de cinquenta quilo de mercadoria na estopa para comer com meus filhos, as vez o rio estava alagado e eu tinha que atravessar a nado, correndo o risco de ser carregada pela água ou ser comida por um bicho.”
Depoimento Dona Neci Nogueira (18/07/2017)

Dona Neci relata que, anos depois, foram ofertados mantimentos e condições para a construção de casas de madeiras, e posteriormente, a construção de uma estrada. O que naquele período facilitou grandemente a vida de tais agricultores, assim, passaram a plantar, colher e criar, não mais somente para a sua subsistência, mas também para vender o excedente e garantir uma renda no final do mês.

A moradora ressalta que tal assistência só foi concebida até os agricultores possuírem um plantio que desse de se alimentar, ou até o primeiro ano, pois a partir de então, estes já passaram a colher a alimentação do que já haviam plantado. Nessa mesma proporção, foram construídos tanques para que estes pudessem extrair a água e também para a criação de peixes.

Os moradores observam que, com o passar dos anos, mediante a formação da associação de moradores denominada “Unidos Para Vencer”, algumas outras melhorias passaram a existir no PA, bem como a construção de duas primeiras escolas, sendo estas: a Escola Santa Luzia e a Escola Bandeirantes. A partir de então, as crianças passaram a ter acesso ao ensino fundamental I.

Até esse período, os agricultores estavam contentes com o que estavam produzindo e com a assistência que lhes estava sendo ofertada, onde podiam de alguma forma produzir juntamente com a família para a autossustentação e venda do excedente. Somente não estavam satisfeitos com as condições de trafegabilidade na estrada, que dava acesso apenas em períodos de estiagem, realidade essa que perdura até os dias atuais.

Problemas estruturais

Não é difícil lembrar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2009), o segmento da agricultura familiar detinha em torno de 20% das terras e respondia por aproximadamente 38% da produção nacional, fornecendo alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais. Para alguns destes produtos, o setor chega a ser responsável por 60% da produção.

Na contramão das estatísticas, encontra-se o PA Espinhara, pois neste, raros são os agricultores que ainda se sentem estimulados a produzir com o propósito de vender o excedente. Tecnologia, qualificação e conhecimento, divulgados em projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é algo ainda desconhecido para os moradores desse PA.

A moradora Neci Nogueira, 62 anos, lembra que, com o passar do tempo, em virtude da necessidade da retirada da floresta para o preparado da terra e plantio de legumes, a terra foi ficando

“cansada”, infértil e a produtividade foi diminuindo. A partir de então, o feijão plantado passou a “dar o queima²”, as bananeiras passaram a ficar brocadas e o milho e arroz atrofiados, o milho produzindo espigas com poucos grão e o arroz com cachos pequenos, além das fruteiras que passam a morrer antes mesmo de produzir frutos, fatores esses de prejuízo para os agricultores.

A moradora, ao ser indagada sobre o que estaria faltando para que a sua propriedade se torne produtiva, responde:

“Falta maquinário para aradação, distoca, técnico para ver o que tá matano as fruteiras, dano o mela no feijão, ninguém próspera mais uma fruteira aqui, que o mal tá matano, bananeira, graviola, laranja, tangerina, tudo, o mal mata tudo, só dá a primeira carga, quando dá. Também falta estrada para o povo tirar a produção. No verão nós ainda tem um acesso, no inverno nós não tem um acesso de nada, mesmo que produza quem come é os bichos, os macacos, as pacas de rabo. Além de não ter estrada para tirar a minha produção eu também não tenho ninguém pra me ajudar, os meus filhos saíram pra estudar porque aqui não tem estudo pra eles. Aí o meu roçado de roça com oito mil cova de roça tá se acabando tudim. Já pensou? Oito mil cova de roça se acabando, tanto suor derramado, trabalhei muito, deixei no limpo zeladim, cada uma mandioca mostra se acabano.”
Depoimento Dona Neci Nogueira (18/07/2017)

É visível no discurso proferido pela moradora, o sentimento de frustração por não poder cultivar os alimentos que precisa para seu mantimento e renda, por falta de suporte do poder público. Assim, esta se vê de “mãos atadas”, e sem perspectivas para o futuro, uma vez que o cenário permanece o mesmo e ninguém lhe fornece uma explicação para tal descaso.

Quadro 1 - Principais produtos/animais cultivados/criados no PA Espinhara II

Produto	Média de produção ao ano
Arroz	02 hectares uma vez ao ano
Feijão	01 hectare uma vez ao ano
Milho	01 Alqueire duas vezes ao ano
Macaxeira	04 hectares no decorrer do ano
Peixe	Entre 2.500 a 3.000 kg por ano
Galinha	Entre 40 e 60 animais
Pato	Entre 20 a 25 animais
Porco	Entre 05 a 10 animais
Gado	Entre 15 a 20 animais

Fonte: Trabalho de campo, MESQUITA, 2017.

Ao comparar a fala da moradora do PA em questão, com a quantidade de produtos cultivados, há uma confirmação do discurso de Nogueira, uma vez que os moradores já não plantam e nem criam em grande quantidade, pois já estão cientes das dificuldades que terão que enfrentar para poder vender o excedente do que produziram.

²Uma das principais doenças do feijoeiro, chamada tecnicamente de Mosaico Dourado, onde a planta passa a apresentar amarelecimento intenso da lâmina foliar.

Do mesmo modo, percebe-se a ausência de outros tipos de produtos na tabela, como, por exemplo, as frutas. Isso ocorre porque a área em evidência apresenta um solo que precisa de correção, problema esse que os moradores sozinhos não conseguem arcar com os custos.

Figura 01 - Plantio de feijão com princípio de “mela”, doença que ocasiona a morte do mesmo.



Fonte: MESQUITA, 2017.

Figura 02 - Bananeiras doente, amarelada.



Fonte: MESQUITA, 2017.

As figuras acima reforçam um pouco do que já foi mencionado anteriormente, bem como alguns dos problemas enfrentados pelos agricultores do PA em questão. Entre estes, encontra-se a doença do feijão (queima), da bananeira (broca), plantio de mandioca maduro e os moradores sem assistência para a escoamento da produção, além de reservatórios de água de algumas famílias encontrarem-se necessitando de reforma. São questões que parecem simples, mas para quem está inserido (a) nesse contexto, faz toda a diferença, pois trata-se das ferramentas que estes dispõem para garantir o sustento e sobrevivência.

6. Sobre a juventude do PA Espinhara II e suas vivências

Visando transmitir maior segurança e confiabilidade nas informações aqui expostas, fez-se necessária a realização de uma sequência de entrevistas. Desse modo, a população que contribuiu com esse estudo contempla um quantitativo de doze componentes, sendo estes composto por cinco homens e sete mulheres, com faixa de idades que variam. Para melhor demonstrar esse quantitativo de pessoas entrevistadas de acordo com as faixetárias, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 2 - Jovens entrevistados no PA Espinhara II

Faixa etária	Quantidade de Jovens abordados
Menor de 18 anos	05
Entre 18 e 21 anos	02
Maior de 21 anos	05

Fonte: Pesquisa de campo, MESQUITA 2017.

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, um deles possui o ensino fundamental incompleto. Cinco cursam o ensino médio, e os outros seis cursam graduação. Nesse quantitativo, sobressaem-se as mulheres, com maior grau de escolaridade. O que chama a atenção é que apenas um dos entrevistados cursa graduação e permanece no campo; esse por sua vez, optou por um curso à distância, onde vai à cidade somente fazer as atividades que o curso demanda, voltando, em seguida, para a propriedade de seus pais.

Dos doze entrevistados, apenas quatro deles permanecem na área rural, onde ajudam os pais no cultivo da terra, e buscam frequentar a escola de ensino básico. Para a jovem Regislane Monteiro, ex-moradora do PA Espinhara II, que hoje faz Pré-ENEM, buscando ingresso na universidade pública, o que mais a incomodava nos tempos que morou no campo juntamente com a sua família era a distância para poder frequentar o colégio, quando ainda cursava o ensino médio. Ela lembra que eram longos os dez quilômetros que tinha que percorrer, caminhando diariamente, até chegar à escola, e outros dez ao retornar para casa. Acrescenta, ainda, que, muitas vezes, a rotina do caminhar permanecia mesmo em períodos de verão, pois faltava combustível para o transporte escolar ir e voltar, juntamente com outros colegas, em suas casas.

Já Amarildo Melo, o único dos entrevistados que cursa ensino superior morando no campo, relata que insiste em permanecer ali, juntamente com a sua família, porque este é um lugar bom de se viver, sem muita perturbação da zona urbana, bem como o barulho, a fadiga, e o fato de tudo o que precisar consumir ter que comprar. Mas admite que pretende futuramente deixar o campo para ir morar na cidade, em busca de oportunidades de trabalho, uma vez que não tem como exercer sua profissão morando na zona rural.

Diante dos fatos, é notório observar que "os filhos migram para não mais voltar, pois existe um custo de oportunidade muito elevado" (BUAINAIN, 2013. p.118). Na fala de todos esses jovens, é possível comprovar o quanto gostariam de permanecer em seus locais de origem, onde cresceram e estabeleceram vínculos de afetividade e pertencimento com o lugar. No entanto, essa prática lhes traria grandes prejuízos, uma vez que o campo não oferece condições adequadas para que possam permanecer morando.

Para os pais que vivem no PA, a manutenção dos filhos na escola é a única garantia que os filhos possuam uma vida melhor do que aquela até então levada por esses agricultores.

Figura 5- Professores e alunos caminhando dez quilômetros até chegar à escola.



Fonte: MESQUITA, 2017.

Figura 6 - Alunos retornando para casa caminhando, por falta de transporte escolar.



Fonte: MESQUITA, 2017.

As figuras acima exemplificam parte da luta diária dos jovens rurais que insistem em permanecer no campo. Os desafios não são poucos e variam desde caminhar dezenas de quilômetros para chegar à escola e retornar desta, até o momento em que uns e outros chegam a se formar para aventurar uma vaga de trabalho na comunidade.

História de vida de um jovem de 23 anos que saiu do meio rural

Por meio da observação e conversa com diversos jovens que pretendem sair do meio rural, encontra-se um jovem que deixou a companhia de sua mãe, no campo, aos 13 anos de idade, pois não havia mais estudo naquela localidade para este, onde já havia concluído o ensino fundamental, por meio de um Projeto denominado Asas da Florestania.

O estudante relata que, na colônia de sua mãe, viviam apenas três pessoas: sua mãe, ele e uma irmã quatro anos mais velha. E ambos a ajudavam nos afazeres da propriedade, como, plantar, cultivar, colher, cuidar dos animais domésticos, tirar leite, entre muitas outras tarefas.

Mediante as dificuldades presentes no campo, bem como plantar, colher e no momento de escoar a produção a estrada não dava acesso, tendo que muitas vezes levar a produção no lombo de animais até chegar a margem do rio para de lá aventurar vaga nos barcos para poder escoar a produção. Ou, às vezes, plantar e não nutrir os legumes em razão da terra fraca, ou ao nascer, ocorrer problemas, bem como dá o “mela”, que é uma doença que mata principalmente o feijão, dá a broca nos bananais e perder a produção de bananas; a ausência de assistência técnica para ajudar nesses problemas; as leis ambientais que proíbem o preparo do roçado por meio da técnica do fogo, ao mesmo tempo em que o governo não oferece um maquinário para aração e destoca.

Além da ausência de políticas públicas como estratégias de buscar motivar os jovens a permanecer no campo, poderiam ser utilizadas estratégias como a oferta de cursos que viessem especializar esse jovem a permanecer praticando agricultura e faturando um dinheiro a mais com os

serviços prestados à comunidade. Ou seja, ofertando estratégias para que esses jovens pudessem retirar o seu sustento do campo, sem ser necessário ter que ir para as cidades.

O estudante relata que todas essas situações lhe motivaram a deixar o campo e ir morar na cidade, pois lá via melhores perspectivas de trabalho e de estudos, assim, conseguiu dá prosseguimento a sua qualificação profissional, onde terminou o ensino médio, cursou o ensino superior, em seguida prestou concurso público na área de educação, sendo aprovado, retornou para a sua comunidade, contribuindo com a educação do lugar.

O caso desse jovem é uma exceção, em meio as diversas outras histórias encontradas no meio rural, casos esses em que não somente os jovens pretendem migrar para as cidades, mas também os pais, em virtude das dificuldades encontradas no meio rural.

Assim, a juventude rural clama por providências do poder público, de modo que através da implementação de políticas públicas, esses jovens venham sentir-se valorizados e despertem o interesse em querer permanecer a cultivar a terra, e desta forma dar continuidade ao ciclo que antes era propagado no meio rural, onde o ofício de agricultor era repassado de geração para geração. Deste modo, observa-se a necessidade de uma política pública que contribua para que o campo retorne a ser um espaço de permanência, produção de cultura, saberes e alimentos.

O termo políticas públicas é sempre muito utilizado em diferentes esferas pelos diversos agentes sociais, mas, afinal, o que é política pública? Por que esta é tão difícil de ser executada? É importante lembrar que não existe uma única definição para esta. Brancalion (2015, p.2) segue uma linha em que foca o governo como promotor de ações que influenciam a vida dos cidadãos, “outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas, afirmando que esta é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (Brancalion e Yamanaka, 2015, p. 2).

Assim, os problemas e desafios para a implementação de políticas públicas que se efetivem em âmbito geral no Brasil, perpassa um acentuado grau de complexidade. Estas, em sua maioria, não passam de meras abstrações, que demandará do governo e sociedade civil como um todo grande esforço na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de tais políticas para que estas possam se tornar concretas e eficazes.

De acordo com o levantamento de dados para a elaboração desse estudo, observou-se que, na teoria, existe um leque dessas políticas pensadas para os jovens rurais. No entanto, são executadas em apenas algumas comunidades, o suficiente para colher o depoimento de uns poucos jovens e sair propagando o feito, como se a realidade daqueles que foram beneficiados fosse a mesma de toda a juventude rural, ou seja, existe apenas como exemplo, e não para realmente solucionar de modo uniforme os problemas existentes.

Desse modo, “não é somente penalizar e responsabilizar as famílias, como se fosse um problema delas o fato de o jovem não querer ficar no campo, ou mesmo que os pais não ajudam o jovem a ficar no campo.” (Éryka Galindo, Contag, 2014, p. 42).

No âmbito do contexto trabalhado, justifica-se “a imagem do rural construída ao longo do tempo pelas elites dominantes e reproduzidas no imaginário da sociedade brasileira em geral, onde aparecem associadas à ideia de atraso, como lugar de não desenvolvimento e sem acesso a

infraestruturas e serviços básicos” (Menezes, 2014. p. 182). Esse fato não é regra, apenas se reproduz por ausência de medidas eficazes que possa mudar tal cenário.

Considerações Finais

O estudo dos jovens rurais que migram, com acento especial ao Projeto de Assentamento Espinhara II, sublinha a necessidade de serem expandidas as políticas públicas que visem estrategicamente assegurar a permanência das novas gerações no campo.

Revela o grave descaso do poder público com essa categoria social. A situação de descaso com os jovens rurais pode ser vista como reflexo de uma herança colonial e da crise do atual modelo governamental que rege o Estado Brasileiro. Assim, os representantes do povo passam a não mais representar os interesses coletivos, e sim às veemências individuais.

Uma nova configuração do modelo camponês é exposta, fugindo dos padrões até então satisfatórios para o bem estar dessa categoria. De modo excludente, dia após dia, esse seguimento social vem perdendo seu prestígio perante a sociedade. Tudo isso é fruto de uma política estratégica segregacionista, que presa pelo o avanço da monocultura, objetivando atender os interesses econômicos externos.

Em meio a esses conflitos, servindo de massa de manobra, os jovens rural juntamente com a sua família, se veem obrigados a deixar seus espaços de vivências e se sujeitarem aos denominados não lugares, ou seja, migram para a cidade, mesmo sabendo que irão nutrir um sentimento de repulsa ao espaço urbano no qual não estão adaptados.

No decorrer das entrevistas com os jovens rurais do PA estudado, foi possível constatar que a escolha de permanência ou não no espaço rural, se dá por meio do acesso a uma atividade produtiva paralela às práticas agrícolas, uma vez que essa, por motivo da baixa produtividade, não oferta autonomia financeira para que, assim, possam dá sequência a seus projetos de vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R (et al). **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- BRANCALEON, B.B; YAMANAKA, J.S; CASTRO, J.M; Cuoghi, K.G; Paschoalotto, M.A.**Políticas Públicas – conceitos básicos**.
- CADEMARTOLI, A. C; ROSO, A. **Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo**.
- DINIZ, B. L. M. T. **CULTURA DO FEIJÃO COMUM** (Phaseolus vulgaris L. UFC. 2006.
- DOURADO SILVA. S. **Mulheres como Propulsoras de Desenvolvimento Econômico Solidário: análise dos empreendimentos solidários no município de rio branco**. Acre, 2017.
- DURSTON, John. **Juventud Y Desarrollo Rural: Marco Conceptual Y Contextual**. Santiago de Chile, Naciones Unidas Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe,1998.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IPEA. Desenvolvimento Rural. In: **Políticas Sociais** – Acompanhamento e Análise. 2008. Disponível em: <www.ipea.com.br>. Acesso em: 02 ago. 2017.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. **A questão fundiária na Amazônia**, 2005.

Portal do Governo do Acre. Bujari. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/busca_acre/!ut/p/c5/04>. Acessado em 29 jun.2017.

MATTEI, L. **Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro**. Vol. 52. Piracicaba-SP, 2015.

MENEZES, M. A; STROPASOLAS, V. L; BARCELLOS, S. B - **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília. 2014.

SANTOS, A. C. T. Dissertação, **Juventude Rural e Permanência no Campo**: um estudo de caso sobre a Juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE. Recife – PB. 2009.

SILVA, P. S.; FILHO, E. T. D.; MARACAJÁ, V. P. B. B.; MARACAJÁ, P. B. ; PEREIRA, T. F. C. **Agricultura Familiar**: Um Estudo Sobre a Juventude Rural no Município de Serra do Mel – RN. Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil) v.1, n.1, p. 54-66 janeiro/junho de 2006.

PUNTEL, J. A; PAIVA, C. A. N; RAMOS, M. P. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso: 28/09/2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, n.16, p.20-45, jun/dez. 2006.

UNESCO. **Políticas públicas de/com/para Juventude**. Brasília: UNESCO, 2004.